

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória, nº 1309 de 2025, os seguintes artigos:

Art.xx. A Medida Provisória nº 1.309, de 15 de agosto de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 12.....

IV- permitida a adoção do sistema de registro de preços, facultada a adesão entre os órgãos, sem restrições entre as esferas do órgão gerenciador e do órgão aderente.”

Art.xx. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.6º.....

.....

XXXVII - produto nacional: produto produzido no território nacional de acordo com o processo produtivo básico ou com as regras de origem estabelecidas pelo Poder Executivo federal;

.....

Art.9º.....

.....

II – Revogado.

.....

Art. 26.....



I - bens e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;

II - bens e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras e a critérios de sustentabilidade, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.

III - bens e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras e que sejam resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.

§ 1º.....

I - será definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal.

II - poderá ser de até 20% (vinte por cento) sobre o preço dos bens e serviços que não se enquadrem no disposto nos incisos I, II ou III do caput deste artigo;

II-A - poderá ser acrescida de até 10% (dez por cento) adicionais sobre o disposto no inciso II, quando o bem ou serviço se enquadrar no inciso II ou III do caput deste artigo, totalizando até 30% (trinta por cento); e

II-B - poderá ser acrescida de até 10% (dez por cento) sobre o disposto no inciso III, quando o bem ou serviço se enquadrar, cumulativamente, nos incisos I, II e III do caput deste artigo, totalizando até 40% (quarenta por cento);

III - poderá ser estendida a bens e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde que haja reciprocidade com o País prevista em acordo internacional aprovado pelo Congresso Nacional e ratificado pelo Presidente da República.

§ 2º – Revogado.

.....

§5º A margem de preferência não se aplica aos bens nacionais e aos serviços nacionais se a capacidade de produção desses bens ou de prestação desses serviços no País for inferior:



.....

§8º A exigência de medidas de compensação comercial, industrial ou tecnológica prevista no §6º é obrigatória nas licitações com valor estimado acima de 50% do valor previsto no art. 6º, XXII, e facultativa nas demais.

Art. 26-A. Os editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras poderão exigir a aquisição de bens nacionais e de serviços nacionais na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Os editais de que trata o caput poderão prever a participação exclusiva de empresas brasileiras de capital nacional, em áreas estratégicas, na forma do regulamento.

Art. 60.....

.....

§3º O critério de desempate estabelecido no inciso I do §1º aplica-se aos órgãos e entidades da União, nas contratações que não tenham abrangência nacional, conforme regulamento.

Art. 75.....

.....

XIX - para contratação que possa contribuir para o reestabelecimento da ordem econômica, nos casos definidos em ato do Poder Executivo federal.

Art. 137.....

.....

X - alteração do controle efetivo da empresa, descaracterizando-a como empresa brasileira de capital nacional, nos casos em que a licitação era restrita a participação dessas empresas, na forma do artigo 26-A.

.....

Art. xx. A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:



“Art. 31-A Os editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras poderão prever:

I - a aplicação das margens de preferência de que trata o art.26 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II – a exigência de aquisição de bens nacionais e de serviços nacionais na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal; e

III - a participação exclusiva de empresas brasileiras de capital nacional, em áreas estratégicas, na forma do regulamento.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda à Medida Provisória nº 1.309, de 15 de agosto de 2025, tem por objetivo fortalecer a política de desenvolvimento produtivo e tecnológico nacional, ao mesmo tempo em que moderniza os instrumentos de contratação pública, assegurando maior eficiência e racionalidade às aquisições do Estado brasileiro.

Em primeiro lugar, propõe-se a ampliação do sistema de registro de preços, facultando a adesão entre órgãos e entidades de todas as esferas federativas, sem restrições entre o órgão gerenciador e o aderente. Tal medida trará maior economicidade, padronização e planejamento nas compras públicas, permitindo que municípios, estados e União possam se beneficiar de processos licitatórios centralizados, com ganhos de escala e redução de custos administrativos.

As alterações sugeridas buscam reforçar a prioridade à produção nacional, com a inclusão de critérios que valorizem bens e serviços que atendam a normas técnicas brasileiras, que incorporem critérios de sustentabilidade e que sejam resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País. Essa atualização cria um ambiente normativo favorável ao fortalecimento das empresas brasileiras, à geração de empregos qualificados e ao estímulo à



pesquisa e inovação, colocando o Estado como indutor do desenvolvimento econômico e tecnológico.

Destaca-se também a previsão de margens de preferência diferenciadas, que poderão alcançar até 40% em determinados casos, incentivando a competitividade da indústria nacional frente à concorrência externa. Trata-se de uma política pública alinhada à prática internacional de países desenvolvidos, que utilizam seus sistemas de compras governamentais como instrumentos estratégicos de política industrial.

Outro ponto relevante é a possibilidade de que os editais de licitação exijam a aquisição de produtos e serviços nacionais e, em áreas estratégicas, a participação exclusiva de empresas brasileiras de capital nacional. Essa previsão assegura a soberania nacional em setores sensíveis, reduzindo vulnerabilidades externas e garantindo que investimentos públicos retornem em forma de emprego, renda e inovação dentro do território brasileiro.

Além disso, a emenda dialoga diretamente com o propósito da MPV nº 1.309/2025, que surgiu como resposta às tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos sobre exportações brasileiras. Nesse contexto, a proposta busca ampliar o alcance das medidas de proteção à economia nacional, contemplando ações como apoio financeiro emergencial aos exportadores afetados, prorrogação de prazos tributários e a flexibilização na aquisição de insumos e produtos não exportados, de modo a preservar a liquidez das empresas. O objetivo é garantir empregos, sustentabilidade e competitividade às cadeias produtivas impactadas, aproveitando a janela aberta pela MP para reforçar o compromisso do Estado brasileiro com a defesa de sua soberania econômica e a proteção das empresas nacionais diante de práticas comerciais desleais.

Por fim, a proposta alinha-se ao espírito do PLano Brasil Soberano, cujo objetivo central é reforçar a capacidade produtiva nacional, ampliar a autonomia tecnológica e assegurar que as compras públicas sirvam como alavanca para o desenvolvimento econômico, social e estratégico do País.

Diante do exposto, entendemos que a aprovação desta emenda representa um passo fundamental para consolidar um modelo de contratações



públicas mais justo, eficiente e voltado ao interesse nacional, contribuindo para que o Brasil fortaleça sua competitividade, soberania e inovação no cenário global.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Vitor Lippi
(PSDB - SP)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254821442900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vitor Lippi

